

DO TRABALHO AO EMPREGO: UMA RELEITURA DA EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE TRABALHO E A RUPTURA DO ATUAL MODELO

Nelson Colossi¹
Aldo Cosentino²
Luciano D. Giacomassa²

SINOPSE

O significado do trabalho, desde sua origem até os dias atuais, vem sendo estudado e analisado por diferentes autores, numa tentativa de explicar os problemas decorrentes das mudanças nos postos de trabalho e níveis de emprego. A evolução tecnológica e as mudanças nas relações capital-trabalho-emprego trazem como consequência alterações no mercado de trabalho. O conceito de emprego vem cedendo lugar ao de empregabilidade.

Palavras-chave: trabalho, emprego, empregabilidade.

1 INTRODUÇÃO

O significado do trabalho tem sido cantado desde os mais longínquos tempos da história por filósofos e pensadores, preocupados desde a Antigüidade em interpretar essa atividade tão própria dos seres humanos. *Aristóteles*, um dos mais eminentes pensadores da humanidade, enfatizava o valor do trabalho na Grécia antiga, declarando:

Com efeito, se cada instrumento pudesse, a uma ordem dada ou apenas prevista, executar sua tarefa (conforme se diz das estátuas de Dédalo ou das tripeças de Vulcano, que iam sozinhas, como disse o poeta, às reuniões dos deuses), se as lançadeiras tecessem as toalhas por si, se o plectro

¹ Doutor em Administração pela George Washington University, USA. Professor Titular da Universidade Federal de Santa Catarina, coordenador do curso de pós-graduação em Administração. E-mail: <http://www.cpga@cse.ufsc>

² Mestrandos do curso de pós-graduação em Administração, CPGA/UFSC.

tirasse espontaneamente sons da cítara, então os arqueiros não teriam necessidade de trabalhadores, nem os senhores de escravos.

Este final de século, contudo, assiste surpreso a uma profunda mudança no significado do trabalho. O cidadão comum enfrenta passivamente vocábulos novos, como *empregabilidade*, ou expressões, como *novas regras do jogo*, *sumiço do emprego*, *extinção de postos de trabalho*, *modificação das relações capital-emprego*.

As mudanças efetivas nas relações capital-trabalho-emprego ainda são uma incógnita. É um desafio que estudiosos, acadêmicos, políticos e governantes enfrentam neste final do século e início do próximo milênio, na busca de um melhor entendimento do significado do trabalho para a vida humana associada.

Nesse sentido, este artigo sintetiza alguns conceitos de trabalho, sua evolução histórica e alguns dos mais importantes acontecimentos sociais, econômicos e culturais que sustentam o conceito tradicional de trabalho, particularmente aquele realizado na forma de empregos; aborda uma versão do direcionamento que o atual mundo dos empregos está tomando; enfoca a ruptura nas relações capital-trabalho-emprego, mostrando uma nova versão do significado de trabalho dentro do contexto em que o mundo dos empregos está entrando. Para concluir, apresenta uma breve análise da questão da empregabilidade no tocante ao que afeta (desemprega) o trabalhador à *moda antiga* e às exigências que lhe são feitas hoje.

2 DO TRABALHO AO EMPREGO: UMA RELEITURA DA EVOLUÇÃO DO CONCEITO

A concepção humana sobre o significado de trabalho vem sendo construída a partir dos mais remotos estágios do processo de socialização e educação do indivíduo. Desde criança, ele percebe que *o trabalho dignifica o homem* e aprende a reconhecer a importância do trabalho na vida humana associada.

Para Albornoz (1992), desde os primórdios do tempo, o homem sobreviveu graças às suas ações no meio em que estava inserido, trabalhando e pondo suas forças espirituais e corporais a serviço de um fim voltado ao atendimento de suas necessidades imediatas e à própria continuidade da espécie.

De acordo com a autora, o ato de trabalhar teve início com a necessidade de subsistência dos povos nômades. Provavelmente, também por razões relacionadas à sobrevivência, alguns agrupamentos humanos deram início a atividades agrícolas, fixando o homem na região que proveria seu sustento. Assim, a agricultura pode ser considerada como a primeira forma organizada e contínua de trabalho humano. Além disso, e tendo em vista que o trabalho agrícola requeria ferramentas próprias

ao seu desenvolvimento, iniciou-se também o trabalho artesanal. Como consequência, já que por vezes as atividades agrícolas geravam excedentes, surgiram outros tipos de ações humanas: a troca (escambo) e o comércio.

Por essa razão, o trabalho na Grécia antiga gozava de prestígio, especialmente a da agricultura, passando a ser realizado por escravos somente no período helenístico. Entre os artesãos, a divisão do trabalho visava à qualidade do produto e era consequência da diversidade das capacidades e dons entre eles. Naquela época, não se verificavam diferentes formas de relações de trabalho, pois a essência do produto não dependia do trabalhador ou dos processos de fabricação, mas, sim, do seu valor de uso. Isso faz com que o trabalho do artesão, para os gregos, “se manifeste como serviço de outrem, e assim, como um trabalho escravo” (Albornoz, 1992, p. 46).

Para os gregos, havia a *labor*, que pode ser representado figurativamente pelo homem sobre o arado e pela mulher no parto; tratava-se de algo passivo e submisso aos ritmos da natureza ou a outras forças incontroláveis. Havia, também, a *poiesis*, entendida como trabalho propriamente dito. A figura do escultor, cuja obra se dá pela mão humana que maneja um instrumento, pode representar essa imagem. Tratava-se de uma situação em que nem a vida do escultor nem a de seus semelhantes dependiam daquela obra.

Aos homens livres, todavia, cabia um outro tipo de atividade. A ação - a *praxis* - dizia respeito “àquele domínio da vida ativa onde o instrumento usado pelo homem é o discurso, a sua própria palavra”. No espaço da *polis*, a cidade grega, efetivava-se a democracia dos iguais, dos cidadãos tido como livres, de modo que “o exercício da palavra é a atividade significativa para o homem livre” (Albornoz, 1992, p. 48).

Segundo a tradição judaico-cristã, o trabalho era apresentado como forma de castigo³: como o homem e a mulher perderam a inocência original do paraíso, teriam, respectivamente, de ganhar o pão com o suor do próprio rosto e passar pelas dores do parto. O trabalho era entendido como punição para os pecados; sendo parte desse mundo mortal e imperfeito, o trabalho não era digno por si mesmo. Para os cristãos, o trabalho era o resultado da vontade de Deus, não uma atitude voluntária. Esta postura, porém, não era hegemônica. Para as seitas rebeldes à Igreja de Roma, nos séculos XI ao XIV, o trabalho era entendido como uma tarefa “penosa e humilhante, devendo ser procurado como penitência para o orgulho da carne” (Albornoz, 1992, p. 52).

Segundo a autora, no Renascimento, o homem deixa de ser um animal teórico para ser também sujeito ativo, constituinte e criador do mundo. As razões para

³ Aliás, a palavra *trabalho* vem de *tripallium*, um instrumento de tortura medieval; o trabalho, assim, fazia jus ao nome.

trabalhar passaram a estar no próprio trabalho e não fora dele; o trabalho já não recaía sobre escravos, tornando-se uma opção ou aceitação, até mesmo de predestinação, também para os homens livres.

Lutero, líder da reforma protestante, entendeu o trabalho como a base e a chave da vida. A *profissão resulta de uma vocação*, sendo o trabalho o caminho religioso para a salvação, visto, portanto, como virtude.

No século XVI, Calvino concebeu o trabalho como virtuoso e, mesmo com a possibilidade de predestinação (que alguns tenham êxito e outros permaneçam na miséria) que seria vontade de Deus que todos trabalhassem. Para o calvinismo, a questão *escolhido ou condenado* poderia ser resolvida por meio do trabalho; com os resultados de seu trabalho, o homem poderia assegurar sua salvação.

Max Weber associou a ética protestante ao que chamou de *espírito do capitalismo*. Para o protestantismo, a perda de tempo é o primeiro e o principal de todos os pecados; toda hora perdida no trabalho redundava em perda de trabalho para a glorificação de Deus. Assim,

a maneira de viver aceitável, agradável a Deus, não está mais na superação da moralidade mundana, pelas renúncias do religioso na solidão do mosteiro, como pensava certa tradição católica. O modo de vida que melhor serve a Deus estaria no cumprimento das tarefas do século, impostas ao indivíduo por sua posição no mundo (Weber, apud Albornoz, 1992, p. 54).

Weber entendeu que a mais poderosa alavanca do que ele chama de *espírito do capitalismo* reside nessa avaliação religiosa do labor no mundo. A libertação em busca da riqueza favoreceria a acumulação de capital.

Paralelamente às mudanças no modo de ser entendido o trabalho, ocorreram outras, estreitamente relacionadas com ele. A Revolução Industrial, que se iniciou no século XVIII, foi um marco decisivo no processo de desenvolvimento humano e resultou em significativas mudanças no que se conhecia como trabalho até então (Dobb, 1974).

Havia, por um lado, a concepção de que a industrialização estava “tornando obsoletos os ofícios tradicionais que produziam todos os objetos domésticos que todos conheciam”. Outros entendiam que os bens que antes pertenciam a poucos agora poderiam ser de todos (bens industriais) e que a Inglaterra poderia assumir o controle do comércio internacional e acumular riquezas que jorrariam em cascata para toda a sociedade, proporcionando a todos uma vida melhor. Paralelamente, verificava-se uma mudança no modo de entender e de executar o trabalho (Bridges, 1995, p. 41).

No século XVIII, os economistas Adam Smith e David Ricardo conceberam o trabalho humano apenas por sua utilidade exterior, não por seu entrosamento

com o homem; dissociaram o operário do ser humano que é, ou seja, criaram uma imagem do homem que viria a ser conhecida como *homo economicus*. Adam Smith, particularmente, posicionava-se a favor da divisão do homem em camadas e posições.

No tocante ao modo de execução do trabalho, algumas diferenças foram introduzidas pela era industrial. Nas fábricas, não se verificavam mais os períodos sazonais da atividade agrícola e não havia a possibilidade de intensificar esforços sobre uma tarefa para depois descansar, como outrora se fazia nas empreitadas. As exigências da fábrica não variavam - *um só trabalho, em um só lugar, fazendo uma só coisa*.

Essas mudanças acarretaram uma demanda tal de esforços que se chegou a imaginar que pessoas comuns não poderiam executá-las. Segundo o historiador E. P. Thompson (apud Bridges, 1995, p. 43), tais mudanças “acarretavam necessariamente uma severa reestruturação dos hábitos de trabalhar - nova disciplina, novos incentivos e uma nova ‘natureza humana’ sobre os quais esses incentivos pudessem atuar efetivamente”.

A sociedade adotou os mecanismos de que dispunha para obter uma nova natureza humana. Thompson afirma ainda que, entre 1780 e 1830, importantes mudanças se desenvolveram: “o trabalhador inglês médio tornou-se mais disciplinado, mais sujeito ao tempo produtivo ‘do relógio’, mais reservado e metódico, menos violento e menos espontâneo” (Thompson, apud Bridges, 1995, p. 44).

Estava criada uma nova maneira de arranjo social, de sobrevivência e de conduta humana; o trabalho já não era mais o mesmo, e um novo conceito começava lentamente a ganhar forma: *o emprego*.

O termo *emprego*, no inglês *job*, é antigo, remontando a um período anterior ao ano de 1400. Pode ser uma variante da palavra *gob* (bocado), que significa *uma pequena porção compacta de alguma substância; um pedaço, um naco, um bocado*.

Na época em que os imigrantes puritanos ingleses chegaram a Plymouth, a palavra mudou de sentido, passando a representar o ato de transportar um grande monte numa carroça. A partir daí, rapidamente passou a se referir a “qualquer tarefa que fosse uma peça única de trabalho” (Bridges, 1995, p. 37).

Ainda segundo Bridges, entre 1700 e 1890, encontram-se no *Oxford English Dictionary* muitos empregos do termo *job*, como *job-coachman* (cocheiro), *job-doctor* (médico) e *job-gardner* (jardineiro). A exemplo de um *job-wagon* - alguém contratado para uma única ocasião - esses termos eram pertinentes a pessoas contratadas para uma única ocasião. *Job-work*, outro termo freqüentemente usado, significava o trabalho ocasional, e não o emprego regular

Antes do século XIX, as pessoas *não tinham empregos no sentido fixo e unitário*; havia, contudo, uma forma corrente e mutante de tarefas, de modo *que os empregos, no mundo pré-industrial, eram essencialmente atividades*. A transição para os empregos modernos foi gradual e ocorreu em diferentes tempos e lugares. Até a era industrial “a maior parte do espaço vital humano mantinha-se disponível, sobretudo para a interação social, livre das repressões da organização formal” (Ramos, 1981, p. 124).

À medida que as terras comuns nas quais as pessoas mantinham hortas e pastoreavam ovelhas começaram a ser cercadas por seus proprietários nominais, e à medida que o trabalho nas novas fábricas oferecia uma alternativa ao trabalho doméstico, um número cada vez maior de pessoas deixou o job-work ao estilo antigo e passou a fazer uma coisa radicalmente diferente: aranjaram um emprego, no novo significado dessa palavra. (Bridges, 1995, p. 39).

O advento da Administração Científica do Trabalho, iniciada por Taylor e que alcançaria seu auge a partir das últimas décadas do século XIX, transformou-se “na resposta capitalista à autonomia relativa que os postos de trabalho ainda pudessem permitir aos trabalhadores”, o que reforça o novo sentido do termo *emprego* (Aglietta, apud Mattoso, 1995, p. 19).

Segundo Paul Singer, o emprego passaria a ser uma forma de acesso a uma parte da renda e, conseqüentemente, ao consumo, de modo que “as pessoas trabalham antes para poder consumir, do que propriamente para produzir alguma coisa” (Singer, apud Albornoz, 1992, p. 81). Encerravam-se, assim, as regras antigas e iniciavam-se as regras que iriam orientar um novo mundo que estava surgindo.

3 A RUPTURA DO MODELO ATUAL DE TRABALHO: O FIM DOS EMPREGOS

Paralelamente à evolução que levou ao atual conceito de emprego, a sociedade vivenciava outros efeitos da Revolução Industrial. De acordo com Dobb (1974), processava-se uma profunda reorganização dos meios produtivos; as organizações já não eram as mesmas, e a contratação de empregados levava a população para o interior das fábricas. Um novo reordenamento de poder econômico-político surgiu entre as nações em decorrência da riqueza advinda das indústrias.

A Inglaterra, pioneira no processo de industrialização, assumiu uma liderança que se manteria até o início da segunda Revolução Industrial, quando a posição hegemônica inglesa começou a sofrer alterações.

Para *Mattoso* (1995), no período entre o último quarto do século XIX - começo da segunda Revolução Industrial - e a crise dos anos 30, acelerou-se o desmoronamento da hegemonia industrial inglesa e seu padrão tecnológico produtivo, resultando na redefinição do padrão de desenvolvimento da economia mundial. No período entre as duas guerras mundiais, ingleses e americanos se mantiveram, alternadamente, na liderança daquele padrão de desenvolvimento.

Os americanos saíram da II Guerra Mundial como os grandes vitoriosos diante de um panorama internacional radicalmente mudado, no qual se reconstruíam, paulatinamente, as economias das outras potências industriais - até como barreira para o comunismo, que crescia no Leste europeu sob orquestramento russo. Assim, os EUA hegemonizaram seu modelo.

Os demais países capitalistas centrais, buscando assegurar a articulação e a modernização de seus capitais nacionais, acabaram expandindo suas empresas para outros países capitalistas, coexistindo com as empresas de origem americana, consolidando ainda mais o padrão de produção industrial norte-americano, o qual, “neste movimento, alcançou alguns países da periferia semi-industrializados, como o Brasil” (*Mattoso*, 1995, p. 24).

Acelerou-se, assim, a interdependência dos países, e as nações capitalistas seguidoras do modelo norte-americano, tanto do Ocidente, quanto do Oriente começaram a manifestar, em maior ou menor grau, fenômenos de ordem econômica. A participação do Estado na geração de empregos é um deles.

O modelo norte-americano, novo padrão de desenvolvimento, “pressupôs a ampliação e diversificação da intervenção do Estado” (*Mattoso*, 1995, p. 27). Após a crise da década de 1930 e a II Guerra Mundial, os principais países capitalistas combinaram “objetivos políticos e econômicos através de uma mistura de mecanismos de mercado com estruturação e estabilização públicas”.

O Estado desempenhou um papel ativo na administração macroeconômica, e a base desse compromisso relacionava-se com o pleno emprego, a ser “obtido através da administração da demanda, em especial dos gastos governamentais, e a redução das desigualdades, obtidos através da rede de serviços sociais gerados pelo Estado do Bem-Estar” (*Mattoso*, 1995, p. 29).

Ainda segundo o autor, o crescimento econômico europeu e japonês, baseado no dinamismo dos seus mercados internos, na difusão de bens duráveis e no rápido progresso técnico, apontou para os limites da expansão norte-americana do pós-guerra. Em 1973, a elevação dos preços do petróleo ampliou ainda mais o esgotamento dos impulsos dinâmicos do padrão de industrialização vigente, enfraquecendo a dinâmica do progresso técnico e gerando maior saturação de mercados internacionalizados.

O modelo americano, todavia, mesmo deixando de ser a fonte de um estilo de desenvolvimento cuja difusão estabilizou a economia internacional até meados da década de 1970, acabaria por favorecer o surgimento de novos blocos econômicos regionais, liderados pela Alemanha e pelo Japão.

Mattoso destaca, no entanto, que, apesar do

envelhecimento do padrão de desenvolvimento norte americano, a Alemanha e Japão não demonstraram disposição ou capacidade hegemônica para impor aos demais países capitalistas uma hierarquia e instituições econômicas internacionais que permitissem a estabilização do crescimento com um novo padrão de desenvolvimento. Tal situação por um lado favoreceu a maior intensificação da concorrência internacional, a busca de melhor padrão de competitividade e elevação da produtividade e, por outro, criou condições para a emergência de um novo padrão tecnológico produtivo (1995, p. 54).

Abriu-se o caminho para a era da incerteza. A década de 1980 foi marcada por intensa reestruturação econômica e produtiva da economia mundial, sob o comando dos países avançados. No entanto, essa modernização, mesmo acentuando os ganhos de produtividade e apontando para um novo padrão tecnológico, assumiu um caráter nitidamente desigual, “resultando numa distribuição desequilibrada dos benefícios do progresso técnico”, como destaca *Tavares* (apud *Mattoso*, 1995, p. 57).

A terceira Revolução Industrial e a reestruturação mundial do capitalismo que se processou a partir das últimas décadas do nosso século, com avanços tecnológicos, ruptura com o paradigma de desenvolvimento industrial vigente e, até mesmo, ruptura do compromisso social, são mencionados como a principal mola alteradora do processo produtivo e do trabalho direta ou indiretamente envolvido na produção.

Alguns efeitos desse processo de reestruturação, como a substituição de antigos insumos por novos materiais, a informatização, automação e robotização, a flexibilização e terceirização da produção, e a reconcentração de capitais e constituição de blocos de países, terminaram suprimindo muitos empregos, mesmo com o aumento de produção e produtividade.

Keck (1988) entende que não somente aumentou o número de pessoas desempregadas, como a maior parte delas se mantém nessa situação por mais tempo. *Mattoso*, por sua vez, afirma que o que ocorre é uma redução relativa ou absoluta de empregos estáveis ou permanentes nas empresas, e da maior subcontratação de trabalhadores temporários, em tempo determinado, eventuais, em tempo parcial, ... etc. “Embora já conhecidas, essas formas de trabalho se fazem cada vez mais presentes, aliadas às estratégias empresariais de flexibilização

e redução do custo do trabalho, como forma de romper a anterior relação trabalho e de fazer frente à crescente concorrência doméstica ou internacional” (Mattoso, 1995, p. 87).

Essa ruptura, de acordo com *Sávchenko* (1987), é fortalecida pela necessidade de inversão do capital acumulado, não para aumentar o número de postos de trabalho, mas para adquirir novos equipamentos e novas matérias-primas, combustíveis e materiais.

Bridges (1995, p. 7), numa tentativa de sintetizar os fatos, afirmou que o trabalho está sendo mais uma vez reempacotado para atender a novas realidades econômicas. Tais mudanças estariam representando nada menos que o desaparecimento do emprego, apesar das leis trabalhistas usadas para regulá-lo.

Nesse sentido, Macedo destaca que, a partir da primeira Revolução Industrial e em virtude da utilização do trabalho assalariado em larga escala, “passou-se a vislumbrar como imprescindível a proteção ao trabalhador, bem como a intervenção do Estado na ordem econômica e social através da elaboração de legislação protecionista que barrasse a despedida imotivada”. A partir da II Guerra Mundial, no entanto, juristas especializados em Direito do Trabalho propuseram uma nova concepção quanto à estabilidade do emprego, baseada na perspectiva de uma *política sistemática de emprego* por meio do crescimento econômico acelerado. (Macedo, 1985, p. 22-23).

O autor relata, ainda, outra razão para a flexibilização da estabilidade, afirmando que a mesma estaria exercendo influência sobre “a produtividade da mão-de-obra, por aqueles próximos de adquiri-la, e principalmente daqueles já estáveis. Isso acabaria por se transformar em um pesado ônus para a empresa, tendo como reflexo último a elevação dos custos da produção”. Acrescenta, também, que modificações na estabilidade seriam “fundamentais para garantir um maior influxo de capital estrangeiro visando garantir e ampliar os horizontes de crescimento” (Macedo, 1985, p. 31-33).

No Brasil, como em outros países, verificam-se as mudanças no processo produtivo e suas repercussões sobre os postos de trabalho. O Estado brasileiro, sob influência do modelo norte-americano, também investiu na geração de empregos. As empresas estatais e a legislação que protege seus trabalhadores são exemplos dessa ação governamental. Último reduto que ainda assegura o emprego, já há algum tempo, o setor público vem sendo questionado com relação à tal estabilidade.

A exemplo do que ocorre na iniciativa privada, o Estado vem sendo pressionado no sentido de promover uma profunda reestruturação, fundamentada na redução de custos, no aumento da produtividade, na informatização e robotização, na redução dos quadros de pessoal e na terceirização.

Os planos de demissão voluntária (PDV) constituem um marco no âmbito dos empregos públicos; resultam de pressões econômicas e políticas cada vez maiores, fortalecidas pelo fato de que, mesmo com a redução dos postos de emprego, a produção no setor privado cresceu. Tais aspectos parecem indicar que este é o momento oportuno para discutir temas que se inter-relacionam com a questão do trabalho e com o emprego e a ruptura dos atuais modelos.

4 EMPREGABILIDADE: O COMEÇO DAS NOVAS RELAÇÕES DE TRABALHO

As pressões de que o Estado era alvo logo se estenderam a todos os setores da economia mundial, favorecidas pelo extraordinário desenvolvimento das comunicações e da informática. O mundo tornou-se a *Aldeia Global* de MacLuhan, onde a velocidade de comunicação é tão grande que as distâncias praticamente nada representam. Numa alusão a essa velocidade, *Mattoso* (1995) afirma que, hoje em dia, “viajamos o mundo todo com os dedos”.

As fronteiras territoriais pouco representam para essa economia globalizada, causando uma verdadeira revolução. A partir de um escritório em Nova York, compra-se um produto de Cingapura, para que seja entregue no Peru. Em poucos minutos, efetuam-se gigantescas transferências de capitais de Hong Kong para as ilhas Cayman.

Rifkin (1995) refere-se a essa mobilidade como *deslocalização do trabalho*, e cita corporações, como a Rosenbluth Travel, com sede na Filadélfia, e operações de entrada de dados na Dakota do Norte, como exemplo.

Para *Mattoso* (1995), tem-se como consequência a criação de um novo padrão industrial, conflitante não somente com o velho padrão, mas, sobretudo, com as relações sociais, salariais e de consumo até então vigentes. E afirma que está se configurando um novo paradigma, baseado na expansão de novas tecnologias e na automação integrada flexível. Esse paradigma está conduzindo ao questionamento - e à ruptura - do compromisso social e das relações/instituições econômicas, sociais e políticas, alterações essas que afetarão o mercado de trabalho, o papel dos sindicatos, as negociações coletivas e os direitos adquiridos.

Em decorrência disso, está surgindo um novo segmento de trabalhadores e o embrião de novas relações de trabalho. E como resultado dos questionamentos, direitos e conquistas dos trabalhadores, surge um *novo trabalhador*, que perde seus antigos direitos e passa a trabalhar de acordo com novos critérios e qualificação para não ficar desempregado e à margem do processo, já que o desemprego é

estrutural, ou seja, ao demitir o empregado, o “empregador extingue também o posto de trabalho”.

Vive-se hoje num mundo com um número cada vez menor de postos de trabalho, e é preciso compreender que o trabalho, em sua forma clássica, *empregado dependente e sem assumir riscos*, está cedendo lugar a um mercado em que não existem garantias e em que o emprego deve ser reconquistado a cada dia. Chega-se, assim, ao conceito de *empregabilidade*, que pode ser definida como a aptidão dos trabalhadores em conquistar um emprego e mantê-lo todos os dias, sobrevivendo e prosperando numa sociedade sem empregos, segundo *Bueno* (1996).

A empregabilidade pressupõe uma relação de parceria, em que o empregado assume sua parte nos riscos e um compromisso com o produto final do seu trabalho. No modelo anterior, o trabalhador não tinha compromissos com o sucesso e a venda do produto fabricado; no modelo atual, seu emprego está subordinado ao sucesso do produto.

Diversos autores têm abordado a empregabilidade e as características do novo trabalhador, criando fórmulas mágicas ou receitas do tipo “Os 10 mandamentos que garantem seu emprego”. Fala-se em atitudes pró-ativas, energia, flexibilidade e trabalhadores do conhecimento, dentre outros. Mas todas essas características vinculam-se a uma única definição: o papel da mão-de-obra como fator de produção industrial e de serviços.

Para *Drucker* (1996), esse papel é “um assunto não resolvido da sociedade capitalista” e depende, basicamente, da cultura do país que o está analisando. Nos Estados Unidos, por exemplo, entende-se que a manufatura é igual ao número de empregos e, como este número diminuiu, existe uma certa preocupação com o declínio da manufatura americana. No Japão, por outro lado, o que interessa é o aumento da produção, não o de empregos. Assim, as tendências dos últimos anos - aumento de produtividade com redução de empregos - representam vitórias.

De qualquer forma, segundo *Bueno* (1996, p. 29), sempre haverá uma certeza: a de que os poucos empregos estarão à disposição do trabalhador flexível, enfatizando que a “empregabilidade exigirá que as pessoas saiam da zona de mediocridade, de cultura ‘mais ou menos’ e se destaquem pelo profissionalismo, tecnologia, energia, atitudes proativas”.

Certamente, segundo afirmou *Glauco José Côrte*⁴, os chamados *trabalhadores do conhecimento* terão mais empregos à sua disposição. Hoje, segundo dados da OCDE, mais da metade do PIB dos países desenvolvidos é gerado com base no conhecimento. Os “trabalhadores do conhecimento são responsáveis por oito em

⁴ Glauco José Côrte, diretor da Federação das Indústrias de Santa Catarina (Fiesc), em entrevista ao mestrando Aldo Cosentino em outubro de 1996.

cada dez novos empregos gerados. A sociedade está se reorganizando em torno deles”, destacou. Estes profissionais trabalham com idéias, ao invés de objetos, conforme estabeleceu *Drucker* (1992). O trabalho com objetos está diminuindo e, no entender de *Charles Handy* (apud *Bueno*, 1996, p. 10), “no futuro, utilizaremos metade dos recursos humanos, pagando-lhes o dobro para que produzam o triplo”.

Dentro desse quadro, poder-se-ia talvez concluir que o emprego se apresenta hoje sob duas formas: o emprego para os trabalhadores qualificados à moda antiga, como já se conhece há décadas e que está em declínio, e o emprego para trabalhadores do conhecimento, que está em ascensão. Ambas, porém, sujeitas a novas condições de trabalho, muito mais flexíveis e sem as garantias duramente conquistadas e mantidas, oferecidas pelos *senhores do capital* a uns poucos escolhidos. Também se poderia concluir que, junto com o desaparecimento do emprego, haveria o desaparecimento dos postos de trabalho, condenando aqueles que os perderam, principalmente os de mais idade, ainda que mais experientes e donos “de folha de serviços exemplar”, ao desemprego permanente ou ao subemprego.

É preferível, no entanto, ficar com a instigante colocação de *Drucker* de que o papel da mão-de-obra como fator de produção industrial e de serviços é “um assunto não resolvido da sociedade capitalista”. Afinal, de que servirá ao capital a extinção progressiva dos postos de trabalho com a crescente automação das fábricas? Afinal, de que servirá aos governos aceitar passivamente esse quadro estarrecedor de condução voluntária do trabalhador ao desespero? Mais: supondo que todos os trabalhadores manuais desempregados se qualifiquem para buscar emprego como trabalhadores do conhecimento, com a mesma qualificação que deverá caracterizar a todos aqueles jovens que ingressarem na força de trabalho, *haverá emprego para todos?*

O quadro atual é preocupante, sem dúvida, mas está tomando forma, ao longo de todo o país, uma reação que pode alterá-lo: a consciência do povo está mudando, e ele exige das classes políticas e empresariais uma solução que aumente o nível de emprego. Pesquisa revelada pela revista *Veja* (30/4/97) mostra que o maior problema do Brasil é o desemprego, apontado por 45% da população, contra 8% que acham que é a segurança, por exemplo.

Urge que se pense de forma diferente, buscando soluções que mantenham o emprego sem reduzir a produtividade e a competitividade das organizações. Certamente, soluções há⁵, e por elas (espera-se) as classes políticas e empresariais serão cobradas num futuro próximo.

⁵ Na edição do *Jornal Nacional* da Rede Globo em 30/4/97, foi mostrado como a fábrica da Fiat, em Betim (MG), com a adoção da filosofia *just-in-time*, conseguiu aumentar a produção de 800 para 2300 veículos diários. Com a modificação da filosofia de trabalho, sem aumentar a área construída da fábrica, a Fiat aumentou a produtividade de forma substancial, *sem demitir um só empregado!!*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBORNOZ, Suzana. *O que é trabalho*. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- BRIDGES, William. *Mudanças nas relações de trabalho*. São Paulo: Makron Books, 1995.
- BUENO, J. H. *Autodesenvolvimento para a empregabilidade*. São Paulo: LTR, 1996.
- DOBB, Maurice. *A evolução do capitalismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.
- DRUCKER, Peter. The new science of organization. *Harvard Business Review*, set./out. 1992.
- DRUCKER, Peter. *Sociedade pós-capitalista*. São Paulo: Pioneira, 1996.
- KECK, M. *O novo sindicalismo na transição brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- MACEDO, Roberto Brás Matos, CHADAD, José Paulo Z. *FGTS e a rotatividade*. São Paulo: Nobel, Brasília: Ministério do Trabalho, 1985.
- MATTOSO, Jorge Eduardo Levi. *A desordem do trabalho*. São Paulo: Página Aberta, 1995.
- MORAES NETO, Benedito Rodrigues de. *Marx, Taylor, Ford: as forças produtivas em discussão*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- PFISTER JÚNIOR, Eugene Emil. *Janelas para o futuro*. Salvador: Casa da Qualidade, 1995.
- RAMOS, Alberto Guerreiro. *Administração e contexto brasileiro*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1983.
- RAMOS, Alberto Guerreiro. *A nova ciência das organizações: uma reconceituação da riqueza das nações*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1981.
- RICHARDSON, Robert J. et al. *Pesquisa social: métodos e técnicas*. São Paulo: Atlas, 1985.
- RIFKIN, Jeremy. *O fim dos empregos*. São Paulo: Makron Books, 1995.
- SÁVCHENKO, P. V. *Que es el Trabajo*. Moscou : Editorial Progreso, 1987.
- SOUZA, Paulo Renato. *O que são empregos e salários*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- TRIVIÑOS, N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais*. São Paulo: Atlas, 1987.

SYNOPSIS

FROM WORK TO JOB: RE-READINGS ON THE EVOLUTION OF THE CONCEPT OF WORK AND THE RUPTURE OF THE ACTUAL MODEL

The significance of the work, since its origin until actual days, is studied and analysed by different social sectors, looking for an explanation of the problems created by job-shift and reduction of the job levels. The technological evolution and changes in the relations between capital, work and job bring up deep alterations in the work market. The concept of job is giving place to employability.

key-words: work, job, employability.

SINOPSIS

DEL TRABAJO AL EMPLEO: UNA RELECTURA DE LA EVOLUCIÓN DEL CONCEPTO DE TRABAJO Y LA RUPTURA DEL MODELO ACTUAL

El significado de trabajo y empleo, desde su origen hasta los días actuales, sigue siendo estudiado y analizado por diferentes segmentos sociales, en la búsqueda de explicación de los problemas resultantes de los cambios ocurridos en los puestos de trabajo y en los niveles de empleo. La evolución tecnológica y los cambios en la relación capital-trabajo-empleo traen como seguimiento cambios en el mercado de trabajo. El concepto de empleo esta siendo substituído por el de empleabilidad.

Palabras claves: trabajo, empleo, empleabilidad.